

O Ponto de Vista como categoria analítica transversal do texto: um estudo a partir das intertextualidades

CÁSSIA FERNANDA DE OLIVEIRA COSTA
cassia.fernanda@ufpe.br

Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil (2025)
Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4305-9522>

SUZANA LEITE CORTEZ
suzana.cortez@ufpe.br

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil (2011)
Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0983-0900>

PALAVRAS-CHAVE:
Ponto de Vista;
Linguística Textual;
Intertextualidades;
Multissemiose.

ARTIGO RECEBIDO A:
05/09/2025
ARTIGO APROVADO A:
21/11/2025

RESUMO: No presente artigo, a partir da articulação teórica entre a teoria do Ponto de Vista (PDV), de Alain Rabatel, e a Linguística Textual (LT) brasileira (Cortez, 2011; Cavalcante et al., 2020; Cavalcante et al., 2022), propomos a adoção do PDV como categoria analítica transversal da textualidade. Neste estudo, centramos nossa análise nas relações entre PDV e intertextualidades, discutindo como os processos intertextuais contribuem para a representação de PDV, isto é, de perspectivas, pensamentos, ações e opiniões associadas a um centro de perspectiva (enunciador). Para isso, consideramos as intertextualidades como relações de diálogo entre textos, gêneros e estilos, que podem ocorrer em diferentes graus de explicitude, tanto entre textos específicos (intertextualidades estritas) quanto entre grupos amplos de exemplares textuais (intertextualidades amplas), conforme defende Carvalho (2018). Nossa proposta está pautada na LT brasileira, que considera a multissemiose como fator constitutivo do texto (Cavalcante et al., 2022). Assim, concebemos o PDV como categoria multissemiótica, isto é, que pode ser flagrada não só pelas formas verbais, mas por distintas semioses. A fim de demonstrar a produtividade analítica de nossa proposta de adoção do PDV como categoria transversal, analisamos duas propagandas eleitorais em vídeo. As análises evidenciam que os PDV podem materializar-se por meio das intertextualidades e demonstram que o mesmo pode ocorrer a partir de diferentes categorias textuais, de modo a confirmar a natureza transversal do PDV. Observa-se, portanto, que o PDV não apenas dialoga com outras categorias, mas nelas se inscreve e por meio delas se concretiza textualmente.



Point of View as a Transversal Analytical Category in Text: A Study Based on Intertextualities

**CÁSSIA FERNANDA DE
OLIVEIRA COSTA**
cassia.fernanda@ufpe.br

PhD in Language and Literature from the Universidade Federal de Pernambuco, Brazil (2025)
Educational Affairs Officer at the Universidade Federal de Pernambuco, Brazil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4305-9522>

SUZANA LEITE CORTEZ
urbano@ifba.edu.br

PhD in Linguistics from the Universidade Estadual de Campinas, Brazil (2011)
Associate Professor at the Universidade Federal de Pernambuco, Brazil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0983-0900>

KEYWORDS:
Point of View;
Text Linguistics;
Intertextualities;
Multisemiosis.

ARTICLE RECEIVED ON:
09/05/2025
ARTICLE ACCEPTED ON:
11/21/2025

ABSTRACT: In this article, drawing on the theoretical articulation between Alain Rabatel's theory of Point of View (POV) and Brazilian Text Linguistics (TL) (Cortez, 2011; Cavalcante et al., 2020; Cavalcante et al., 2022), we propose adopting POV as a transversal analytical category of textuality. This study focuses on the relationship between POV and intertextualities, discussing how intertextual processes contribute to the representation of POVs – that is, perspectives, thoughts, actions, and opinions associated with a center of perspective (enunciator). Intertextualities are conceived here as dialogical relations between texts, genres, and styles, which may occur at different levels of explicitness, whether between specific texts (strict intertextualities) or across broader groups of textual instances (broad intertextualities), as argued by Carvalho (2018). Our proposal is grounded in Brazilian TL, which considers multisemiosis a constitutive feature of texts (Cavalcante et al., 2022). Accordingly, we conceive POV as a multisemiotic category, detectable not only in verbal forms but also across distinct semiotic resources. To demonstrate the analytical productivity of adopting POV as a transversal category, we analyze two electoral video advertisements. The analyses show that POVs may be materialized through intertextualities and may also emerge through different textual categories, thus confirming the transversal nature of POV. We argue, therefore, that POV not only engages in dialogue with other categories but also inscribes itself in them and becomes textually materialized through their articulations.



INTRODUÇÃO

Neste trabalho, defendemos que a produtividade da noção de Ponto de Vista (Rabatel, 2013; Cortez, 2003, 2011) para as análises da textualidade legitima sua incorporação à Linguística Textual (LT) na condição de categoria analítica transversal. Inicialmente concebido a partir dos estudos da focalização narrativa de Gérard Genette, o conceito de Ponto de Vista (PDV) foi reelaborado por Alain Rabatel em uma perspectiva pragma-enunciativa. Nesse sentido, o PDV pode ser definido como posição enunciativa, ou como um conjunto de posições em relação, que se manifesta pela maneira como locutores e enunciadorees apreendem e representam os objetos de discurso (Cortez, 2013).

Considerado sob esse viés dialógico, o PDV evidencia a constituição textual dos discursos e mostra-se propício para a análise da argumentatividade, especialmente quando posto em relação com outras categorias da LT. Entre essas, a intertextualidade tem lugar privilegiado, por evidenciar o entrecruzamento de textos, estilos e gêneros – não apenas em produções predominantemente verbais, mas também naquelas em que a multisssemiose está em evidência, com a mobilização integrada de recursos linguísticos, visuais e sonoros (Carvalho, 2018; Cavalcante et al., 2020)).

A aproximação entre PDV e intertextualidade possibilita observar que a construção de perspectivas, pensamentos, ações e opiniões pode se materializar por meio de processos intertextuais que tornam visíveis as posições dos enunciadorees. Essa observação nos revela que o PDV não é apenas uma categoria que dialoga com outras, mas se constitui como categoria transversal, inscrevendo-se nelas e por elas sendo concretizado.

Diante desse quadro, o presente artigo propõe investigar de que modo os processos intertextuais contribuem para a configuração do PDV, defendendo sua transversalidade como categoria analítica do texto. As análises empreendidas nesse sentido concentram-se em textos eminentemente multissemióticos: duas propagandas eleitorais em vídeo provenientes das campanhas dos dois principais candidatos à presidência do Brasil em 2022, Lula e Bolsonaro. Para tanto, baseamo-nos no posicionamento que já assumimos em Costa (2025), de acordo com as contribuições de Rabatel (2013, 2015, 2016), Cortez (2011), Carvalho (2018), Cavalcante et al. (2020, 2022), entre outros, cuja produção fundamenta a compreensão do texto como objeto dinâmico, argumentativo, relacional e multissemioticamente constituído.

Visando a este objetivo, o artigo está estruturado de modo a contemplar, inicialmente, as noções de PDV e intertextualidades com base nos pilares teóricos aqui indicados. Na sequência, apresentamos o *corpus*, explicitando os aspectos metodológicos da pesquisa e por último, analisamos as propagandas eleitorais digitais, seguidas da síntese do que constatamos e postulamos com este trabalho.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. A ABORDAGEM ENUNCIATIVO-PRAGMÁTICA DO PDV

Ao proceder a uma contundente revisão crítica de um conjunto de diferentes autores (Jean Pouillon, Tzvetan Todorov, Gérard Genette, etc.) implicados na discussão sobre ponto de vista na narrativa entre os anos 1940 e 1990 na França, Rabatel (1997) funda com grande originalidade as bases de sua teoria. Sob o viés da “problematização linguística”, o autor rompe com a tradição genettiana do estudo das focalizações¹ narrativas e vai consolidando, na virada dos anos 1990 e 2000, as bases da sua teoria pragma-enunciativa do PDV. Assim, o autor assinala

1. A obra de Genette popularizou esses estudos, que se interessavam, por exemplo, pela diferenciação entre objetividade e subjetividade nas narrativas com base no tipo de foco narrativo adotado. Para isso, centravam-se na figura do narrador, desconsiderando os demais centros de perspectiva existentes. Segundo Rabatel (1997, 1998), tais características são limitações de uma abordagem simplista de fenômenos complexos.

seu distanciamento dessa abordagem e deixa o termo “focalização” para assumir a nomenclatura “ponto de vista” (PDV), bem como o termo “focalizador” para adotar “sujeito enunciador”.

A abordagem rabateliana do PDV expande a análise da focalização única e estanque para a de PDV que podem ser múltiplos, representados pelo sujeito que gerencia o evento enunciativo, mas não necessariamente “pertencentes” a ele. Ou seja, o narrador (ou locutor, na nomenclatura adotada por Rabatel), através do fenômeno da empatia, pode colocar-se no lugar do outro e representar seu PDV. Assim, o interesse da abordagem pragma-enunciativa volta-se para como um sujeito enunciador – que pode ser o narrador (locutor principal) ou outro sujeito, não-responsável pelo gerenciamento enunciativo – constrói discursivamente um objeto de conhecimento, de forma a representar seu PDV sobre ele.

Rabatel (2016) caracteriza os PDV como “pistas” para a interpretação, que formam um “mapa” para a coconstrução das significações através das escolhas de empatização do locutor. O autor explica que, ao orientar as interpretações, o PDV se configura como um mecanismo textual-discursivo de *argumentação indireta*. Por não recorrer à formulação de uma tese ou aos esquemas de raciocínio da argumentação formal, esse tipo de argumentação “sugere” mais do que “impõe”. Portanto, o leitor é orientado a construir sentido, e pode chegar a determinadas conclusões, a partir de instruções fornecidas pelo locutor (Rabatel, 2013, 2016).

Assim, o leitor é levado a tomar a maneira pela qual certo objeto do discurso lhe é apresentado como correspondente à realidade. Os PDV “mascaram” seus efeitos argumentativos, uma vez que esses são ativados pela interpretação. Diferentemente da focalização narrativa, o estudo do PDV propicia análises que vão além das produções literárias e das narrativas. Faz-se pertinente, portanto, o que defende Rabatel (2015) ao indicar o PDV como uma problemática

transversal, relevante em textos de qualquer gênero. Para a compreensão de como o movimento de “colocar-se no lugar do outro” ou de “dar voz ao outro”, que caracteriza a representação de PDV, é construído textualmente e colabora para a orientação argumentativa do texto, um aspecto da teoria de Rabatel é fundamental: a disjunção entre locutor e enunciador, que remonta à proposta de Ducrot (1987 [1984]). Essa proposta considera o locutor como aquele que produz materialmente o enunciado, seja esse assumido por ele mesmo ou atribuído a outrem; já o enunciador é a fonte dos atos de enunciação e, conseqüentemente, dos PDV.

No entanto, Ducrot privilegia a análise em torno de questões lógico-argumentativas, por isso se satisfaz com uma definição de enunciador que se confunde com a de PDV (cf. Rabatel, 2013). Dessa maneira, a análise ducrotiana não contempla as relações entre as fontes enunciativas dos PDV. Rabatel (2013, 2016), por outro lado, considera essas relações como um ponto indispensável, e propõe que, nas análises, os PDV sejam agrupados de acordo com sua fonte enunciativa.

Portanto, o que Rabatel traz de Ducrot para sua abordagem pragma-enunciativa do PDV resume-se à distinção entre o centro da *atualização dêitica* (locutor) e o centro da *atualização modal* (enunciador). Isso significa compreender que a presença de marcas dêiticas não é necessária para que o sujeito imprima subjetividade aos enunciados e, assim, expresse PDV. Desse modo, a opção por um texto em que as atualizações dêiticas aparecem pouco (ou nem mesmo aparecem) não torna esse texto “objetivo”, porque a subjetividade sempre está lá, ainda que o locutor adote um tom “objetivante”. O tom “objetivante” ou “subjetivante” de um texto é definido pelas escolhas do locutor, norteadas pelas particularidades do gênero e do contexto (Rabatel, 2013, 2016).

Ao considerar o locutor como centro da atualização dêitica e o enunciador como centro da atualização modal, compreende-se que a atualização dêitica não é imprescindível para a expressão de PDV. Isso implica no reconhecimento de que os PDV podem ser assumidos não só diretamente por locutores, que proferem os enunciados, mas também indiretamente por enunciadores, “centros de perspectiva modal” (cf. Rabatel, 2016) aos quais nem sempre se confere uma voz. Como aponta Rabatel (2016), todo locutor é um enunciador, mas nem todo enunciador é um locutor. Em outras palavras, essas instâncias estão em sincretismo quando o PDV é expresso e diretamente assumido por um locutor/enunciador (L/E ou l/e), mas não há sincretismo nos casos em que o PDV é atribuído a um enunciador que não tem voz própria (e).

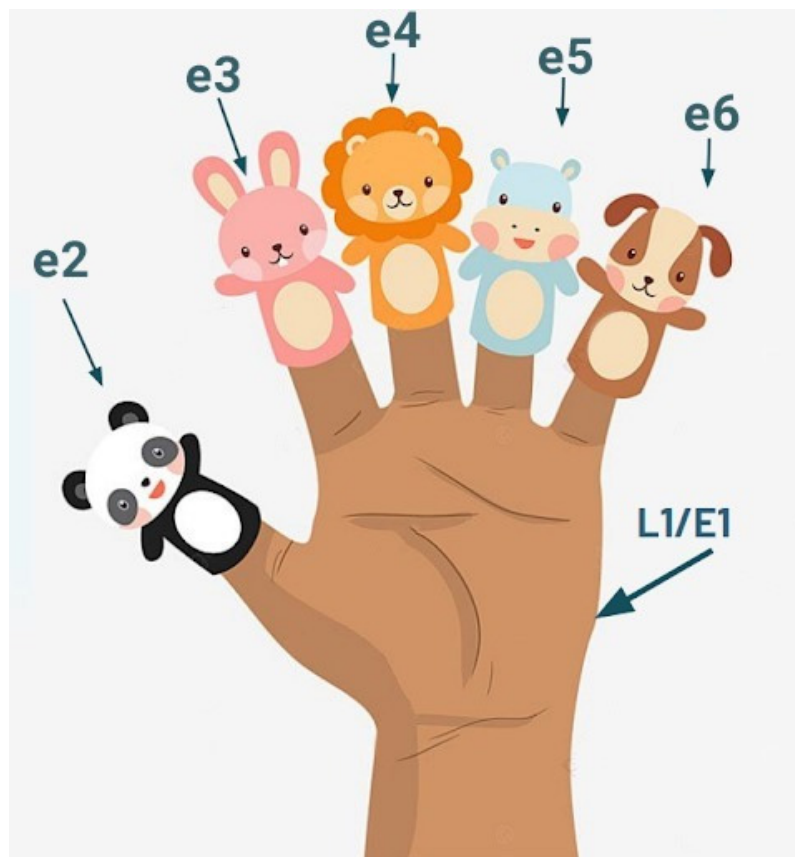
O gerenciamento dos PDV no texto cabe ao locutor/enunciador primeiro (L1/E1, denotado em letras maiúsculas), também chamado de principal. L1/E1 é quem “dá voz” aos demais enunciadores (e2, e3, e4... denotados em letras minúsculas) e representa seus PDV de maneira a lhes conferir determinado nível de credibilidade, de acordo com o que for necessário para fortalecer o seu próprio PDV – que corresponde ao PDV do texto. Além do principal, os textos podem apresentar outros locutores/enunciadores (l2/e2, l3/e3, l4/e4... denotados em letras minúsculas), que “falam por si mesmos”, mas não gerem outros PDV além dos próprios e, portanto, não são responsáveis pela construção da orientação argumentativa do texto.

Essa dinâmica ocorre em todos os gêneros, dentro dos limites que se impõem pelas características de cada um, sendo L1/E1 sempre a instância responsável pelo PDV do texto (correspondente à orientação argumentativa em textos monogeridos, quer dizer, em textos em que apenas uma instância o produz) e pela gestão dos demais PDV que possam existir². Nas figura 01, a seguir, apresentamos o esquema que elaboramos em Costa (2025) para representar metaforicamente o funcionamento das relações entre as instâncias enunciativas em textos monogeridos e poligeridos.

2. Rabatel (2013, p. 45) explica que o locutor/enunciador primeiro é linguisticamente e pragmaticamente superior aos locutores/enunciadores segundos, pois “a dêixis é calculada em relação a L1, implicando as transformações adequadas no discurso citado de l2”, além de que “[...] L1 atualiza os PDV de l2 em função de seus próprios interesses de locutor primário”.

Figura 1 – Esquema metafórico dos dedoches (textos monogeridos)

Fonte – Costa (2025, p. 31)



3. Importa-nos frisar a finalidade didática e sintetizante dos esquemas que elaboramos nas figuras 1 e 2 para afastar a possibilidade de interpretação do locutor/enunciador principal como completamente autônomo e “todo poderoso”. L1/E1 é, sim, a instância de gerenciamento – por isso o representamos como a “mão” que dá vida aos dedoches –, mas, como veremos adiante, a própria concepção de sujeito adotada por Rabatel distingue esse gerenciamento de uma autonomia irrestrita.

Por meio da metáfora do dedochê, a figura 1 ilustra simplificadamente³ como o locutor/enunciador primeiro assume o papel de representar e, conseqüentemente, gerenciar os PDV de enunciadores segundos. Assim como os dedoches das figuras, os enunciadores segundos não possuem total autonomia e controle sobre seus PDV, visto que esses são gerenciados pelo locutor/enunciador principal. Esse jogo de assunção e atribuição de PDV é fundamental para as análises baseadas na teoria enunciativo-interacional do PDV. Para um melhor entendimento

dessa questão, são relevantes os dispositivos enunciativos da *prise en charge* (PEC) e da imputação, bem como a noção de responsabilidade enunciativa.

Os dispositivos enunciativos da *prise en charge* (PEC) e da imputação estão relacionados às operações de assunção e atribuição de PDV realizadas por L1/E1, das quais também fazem parte os enunciadores segundos. A PEC corresponde à “apropriação pelo dizer”, ou seja, à assunção total do PDV, por isso ocorre apenas com os locutores/enunciadores (Rabatel, 2016; Rabatel & Chauvin-Vileno, 2006). Quando um locutor/enunciador representa e assume irrestritamente seu próprio PDV (ou um PDV co-construído entre ele e um enunciador segundo), há PEC.

Já os enunciadores não-locutores têm seus PDV representados por um locutor-enunciador, portanto a apropriação pelo dizer ocorre por uma “quase-PEC” (Rabatel, 2015). Esse fenômeno é chamado de *imputação* e ocorre quando um locutor/enunciador atribui um PDV a um enunciador segundo que não possui lugar de locução no texto – consequentemente, não pode ser completamente responsabilizado pela assunção do PDV que lhe foi atribuído.

É importante diferenciar, ainda, o conceito de PEC da noção de *responsabilidade enunciativa*. Enquanto a PEC é mais local, observada a nível de tessitura de enunciados em certas porções do texto, a responsabilidade enunciativa é um conceito mais amplo, relacionado à ética nas práticas languageiras (Cortez, 2011). Esse entendimento é sustentado por Rabatel & Chauvin-Vileno (2006), para os quais a responsabilidade enunciativa engloba desde a seleção do conteúdo até a organização formal do texto.

Discutidos os principais aspectos relacionados ao PDV de acordo com a abordagem rabateliana, passamos às reflexões teóricas a respeito da categoria textual à qual relacionamos o PDV no presente estudo: a da(s) intertextualidade(s).

1.2. A(S) INTERTEXTUALIDADE(S): UMA PERSPECTIVA SOCIOCÓGNITIVO-DISCURSIVA SOBRE OS DIÁLOGOS ENTRE TEXTOS

O conceito primário de intertextualidade, criado por Julia Kristeva (1974 [1969]) inspira-se no dialogismo bakhtiniano e considera que todo texto é um “mosaico” de outros textos. Na LT contemporânea, autores como Cavalcante e Brito (2011), Nobre (2014), Faria (2014), Cavalcante, Carvalho e Faria (2017) e Carvalho (2018) evidenciam o papel do cotexto (parte “tangível” do texto, constituída pelos elementos que o compõem materialmente) na identificação dos processos intertextuais, mesmo em suas formas menos explícitas. Os processos intertextuais são definidos, então, como as remissões materialmente observáveis a um ou vários textos distintos.

No âmbito da LT brasileira, as publicações de Ingedore Koch dão início à grande repercussão das análises sobre a intertextualidade entre os pesquisadores da área. As investigações da autora são também importantes para a demarcação das fronteiras entre a intertextualidade e outros fenômenos discursivos, como o dialogismo e a polifonia. Isso porque Koch (1991, 2002, 2004) propõe a distinção entre *intertextualidade ampla* e *intertextualidade estrita*⁴. Nessa acepção, a intertextualidade ampla está presente em todos os textos; por outro lado, a intertextualidade estrita diz respeito ao fenômeno intertextual apreensível pontualmente na materialidade do texto. Uma vez que Koch dedicou-se vastamente à intertextualidade, em publicações desde a década de 1980 até a primeira década dos anos 2000, sua obra elenca categorizações diversas a respeito dos processos intertextuais. Assim, o trabalho dessa autora trouxe para a LT brasileira o alicerce fundador dos modelos analíticos produzidos posteriormente. Entre eles, destacamos o de Carvalho (2018), que adotamos em nossas análises.

4. A mesma nomenclatura é adotada por Nobre (2014) e Carvalho (2018) em suas categorizações da intertextualidade, mas o sentido atribuído por esses autores difere do proposto por Koch. Essas categorizações serão descritas e discutidas ainda nesta seção.

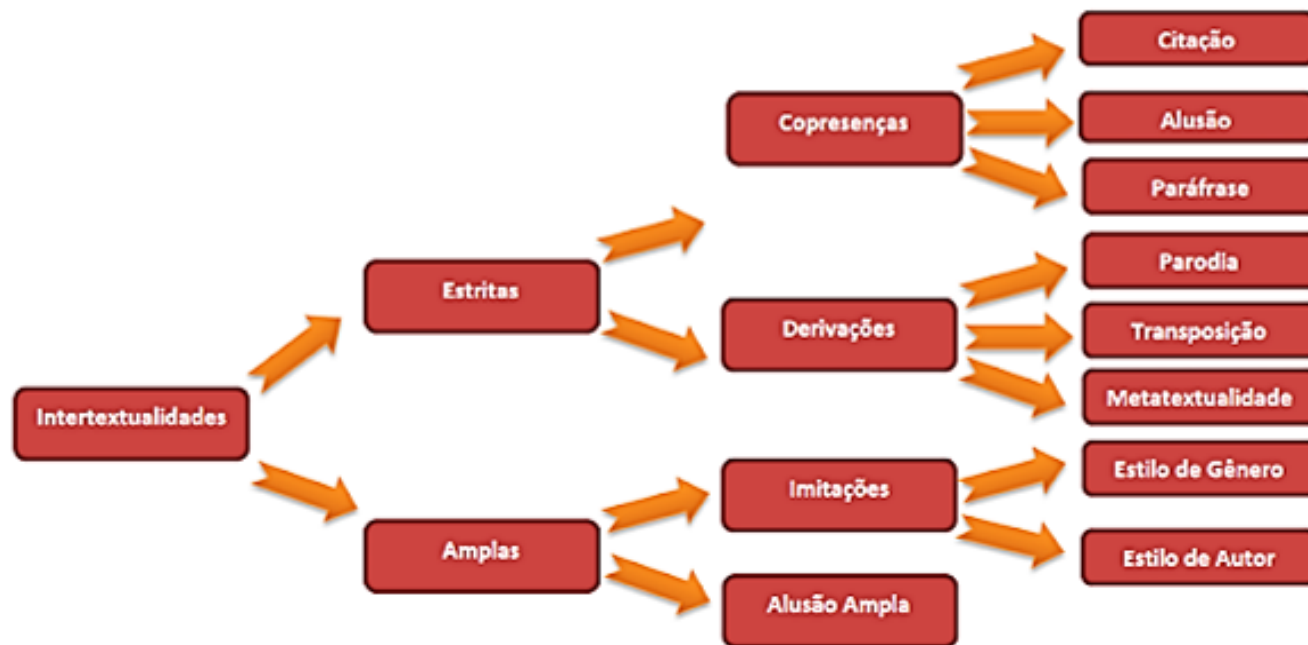
A categorização apresentada por Carvalho (2018) origina-se das propostas clássicas de Genette e Piègay-Gros, sob forte influência de trabalhos da LT brasileira que também remetem a essas propostas. Assim como em Nobre (2014), é basilar na classificação de Carvalho (2018) a existência de dois grandes grupos de intertextualidades: as *intertextualidades amplas* e as *intertextualidades estritas*. Como vimos, nomenclatura análoga foi criada por Koch (2004) para distinguir a intertextualidade *stricto sensu* (que coincide com o que tomamos como intertextualidade neste trabalho, conforme já pontuamos) da intertextualidade considerada constitutiva do texto e do discurso (o que, para nós, consiste em outros fenômenos discursivos, mais amplos que a intertextualidade).

Por sua vez, Nobre (2014) atualiza a mesma nomenclatura para outro sentido: na acepção do autor, as relações entre dois ou mais textos especificamente reconhecíveis compõem as *intertextualidades estritas*; já as conexões tangíveis entre um texto e um grupo amplo de outros textos, cuja identificação específica não é possível, fundam as *intertextualidades amplas*. Ao assumir a distinção entre intertextualidades estritas e amplas no sentido pleiteado por Nobre (2014), Carvalho (2018) acertadamente destaca que essas formas de intertextualidade não são excludentes, por isso podem sobrepor-se e complementar-se – um mesmo texto pode apresentar processos intertextuais estritos e amplos. Desse modo, dando continuidade e aprofundamento ao trabalho de Nobre (2014), a autora visa a um modelo analítico que possa “estender o escopo do conceito de intertextualidade e forjar (sub)categorias que comportem os diálogos que ultrapassam a apreensão de texto(s) específico(s)” (Carvalho, 2018, p. 54).

O esquema abaixo possibilita a visualização de como é disposta a classificação das intertextualidades segundo Carvalho (2018):

Figura 2 – “Classificação das intertextualidades estritas e amplas”, de Carvalho (2018)

Fonte – Carvalho (2018, p. 110)



Como vemos acima, é a partir da distinção inicial dos dois grandes grupos de intertextualidades, estritas e amplas, que são organizadas e subdivididas as demais categorias (provenientes do quadro da transtextualidade genettiana). As intertextualidades estritas são subdivididas em copresenças e derivações. Tal subdivisão é realizada a partir de critérios apresentados originalmente por Piègay-Gros, que define a copresença pela efetiva presença de um texto em outro e a derivação pela “transformação” de um texto em outro, no qual os sentidos originais são alterados, mas aspectos característicos do texto-fonte, que permitem identificá-lo, são mantidos.

As intertextualidades estritas por copresença correspondem à citação, à alusão estrita e à paráfrase. A *citação* consiste em uma reprodução literal de parte de um texto em outro. Ela pode ou não ser sinalizada graficamente e, ainda, apresentar-se com ou sem menção ao autor original. A *alusão estrita*, por sua vez, consiste em retomadas e menções indiretas ao(s) texto(s)-fonte(s). Como elucidada a autora, “[...] ocorre, pela alusão, um jogo com a possibilidade de fazer ressoar outros dizeres, de fazer suscitar a música de outra voz” (Carvalho, 2018, p. 86). Por ser menos marcada, a alusão estrita exige um esforço cognitivo maior, tendo sua apreensão facilitada nos casos em que o texto-fonte é de grande repercussão. A paráfrase, por fim, caracteriza-se pela reelaboração de trechos do texto-fonte, realizada por mudanças lexicais e/ou sintáticas que conduzem à explicitação do conteúdo de outro texto, sem que seu sentido seja alterado (Carvalho, 2018).

As derivações também são compostas por três subcategorias: a *paródia*, a *transposição* e a *metatextualidade*. A paródia é uma transformação lúdica, cômica ou satírica do texto original. Nessa transformação, a forma pode ser mantida, mas o conteúdo é alterado para gerar humor – seja ele lúdico ou satírico. Já na transposição, não existem traços de humor e, geralmente, as alterações em relação ao texto-fonte concentram-se na forma, enquanto o sentido é preservado. São exemplos de transposição as traduções e as adaptações entre gêneros textuais (um texto originalmente produzido em determinado gênero é transposto para outro). A metatextualidade, por último, caracteriza-se pela relação crítica ou comentativa entre textos: o metatexto comenta, interpreta ou analisa o texto-fonte.

Como pontuamos, diferentemente das estritas, as intertextualidades amplas têm como traço comum a existência de padrões semânticos, estilísticos, genéricos ou temáticos que remetem a um conjunto difuso de outros textos, de maneira que rastrear as relações até um texto espe-

cífico ou um grupo de textos definido não é possível. Segundo Carvalho (2018), compõem as intertextualidades amplas as seguintes categorias: imitação de estilo de gênero, imitação de estilo do autor e alusão ampla.

O primeiro tipo de imitação de estilo ocorre nos casos em que um texto de determinado gênero apresenta características estilísticas e estruturais de outro, isto é, combina o gênero em que está inserido a elementos de um gênero distinto. Já na imitação de estilo de autor, um texto evoca o estilo característico de certo movimento artístico/cultural ou autor distinto daquele que o elaborou. Essa evocação pode ocorrer pelo vocabulário, pelas estruturas sintático-semânticas ou mesmo pelas temáticas abordadas. A alusão ampla, por fim, diz respeito às remissões indiretas a temas ou fatos que não se referem particularmente a um só texto ou grupo definido de textos, mas dialogam com um conjunto heterogêneo e difuso de produções. Mesmo difusas, essas remissões são identificáveis na materialidade textual, embora possam exigir maior esforço cognitivo do leitor nessa identificação.

Apresentados os fundamentos teóricos que dão base a este trabalho, dedicamo-nos, na próxima seção, aos aspectos metodológicos.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Conforme indicamos na introdução, com este trabalho pretendemos demonstrar que o PDV pode ser considerado uma categoria analítica transversal da textualidade, materializando-se a partir de suas relações com outras categorias – entre as quais elegemos a intertextualidade. Para alcançarmos esse objetivo, procederemos à análise de duas propagandas eleitorais em vídeo, publicadas na rede social *YouTube*. Essas propagandas fazem parte das campanhas de Lula e Bolsonaro, então candidatos à presidência do Brasil, e integram também o conjunto de textos

analisados em Costa (2025). Entretanto, o enfoque de análise aqui adotado é distinto, uma vez que privilegia a defesa da noção de PDV como categoria do texto.

Caracterizamos o *corpus* mencionado como propagandas eleitorais em vídeo devido à sua finalidade: persuadir eleitores, promover candidatos ou partidos e influenciar escolhas eleitorais no período de campanha. Esse gênero ocupa posição estratégica nas disputas eleitorais, seja para difundir propostas e reforçar a imagem de determinados candidatos, seja para enfraquecer adversários. Nas plataformas digitais, como o *YouTube*, as propagandas eleitorais ganham novo relevo. Isso porque podem ser acessadas a qualquer momento e por qualquer pessoa com acesso à internet, além de visualizadas, compartilhadas e comentadas repetidamente, mesmo após o fim do período eleitoral, graças às potencialidades do ecossistema digital em que estão inseridas (Paveau, 2020). Embora reconheçamos sua importância, as particularidades do contexto digital não serão discutidas neste estudo, por não fazerem parte do recorte analítico que propomos⁵. Assim, as análises contemplam apenas o conteúdo em vídeo das propagandas selecionadas – não são abordados, portanto, os comentários, *likes* e compartilhamentos a elas associados.

Como mencionamos, as duas propagandas eleitorais em vídeo analisadas neste artigo fazem parte do *corpus* elaborado em Costa (2025). Entre os critérios de elaboração desse corpus estão: o período de publicação das propagandas no *YouTube* (de 16 de agosto a 30 de outubro de 2022, conforme autorização do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro para as campanhas presidenciais de 2022); as propagandas serem provenientes das campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Messias Bolsonaro, filiado ao Partido Liberal (PL) – os dois principais candidatos à presidência do Brasil em 2022; e, ainda, a seleção de vídeos unicamente nos canais oficiais dos candidatos ou dos seus partidos.

5. Em Costa (2025), a influência das características do ecossistema digital na geração do *corpus* é tratada com maior profundidade.

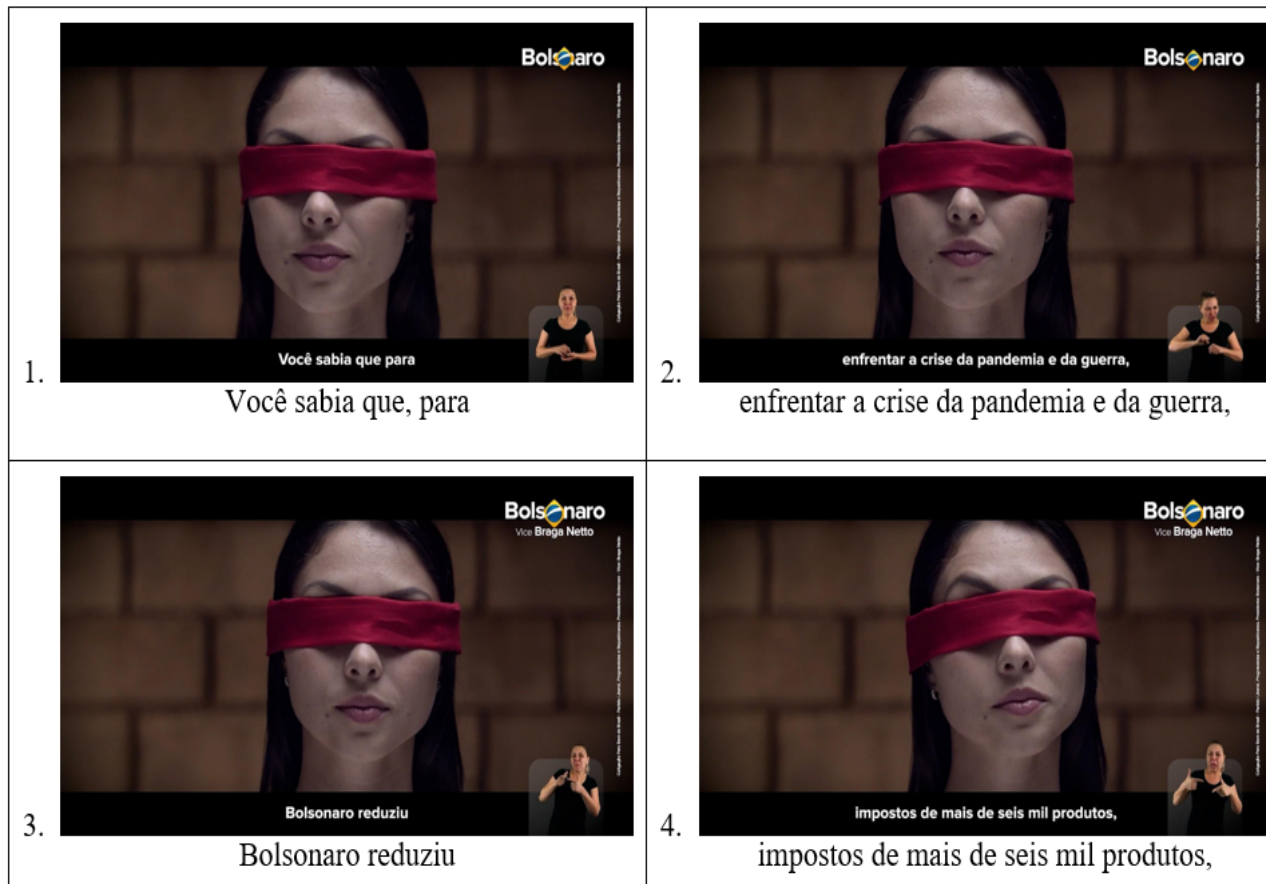
Para as análises das duas propagandas selecionadas – uma pertencente à campanha de Lula e a outra à campanha de Bolsonaro – adotamos como principal parâmetro a observação de como as intertextualidades operam na configuração dos PDV e como eles são articulados para a tessitura da coerência nos textos. Interessa-nos, assim, tanto a construção do PDV principal, responsável pela orientação argumentativa do texto e assumido pelo locutor/enunciador primeiro (L1/E1), quanto a representação de PDV segundos, que se relacionam com o PDV principal de modo complementar ou contrastivo e são atribuídos a enunciadores diversos (e2, e3, e4...). Esse movimento de análise nos permitirá compreender de que forma os processos intertextuais reforçam a legitimidade dos candidatos promovidos e, ao mesmo tempo, contribuem para a desqualificação do adversário, evidenciando a transversalidade do PDV como categoria analítica da textualidade.

Como a compreensão e a interpretação dos dados norteiam a análise, esta pesquisa é qualitativa. Quanto ao método, alinha-se ao indutivo, pois parte da observação dos textos para identificar regularidades que surgem ao longo da análise (Liberali & Liberali, 2011). O resultado das escolhas metodológicas que pontuamos até aqui pode ser observado na seção a seguir, em que apresentamos a análise.

3. ANÁLISE DAS PROPAGANDAS ELEITORAIS EM VÍDEO

Conforme indicamos na seção anterior, empreendemos nossa análise em duas propagandas eleitorais em vídeo (PEV). A primeira delas faz parte da campanha de Bolsonaro, filiado ao Partido Liberal (PL); já a segunda, compõe a campanha de Lula, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), ambos candidatos à presidência do Brasil em 2022. As propagandas são apresentadas quadro a quadro por capturas de tela e têm suas narrações transcritas em forma de

legenda, abaixo de cada quadro. Disponibilizamos também o *link* do *YouTube*, para que os textos possam ser acessados em sua mídia original (o vídeo). Tanto na propaganda 1 quanto na propaganda 2, observamos de que modo os PDV materializam-se textualmente por meio de processos intertextuais. Iniciamos pela propaganda da campanha de Bolsonaro, apresentada abaixo.

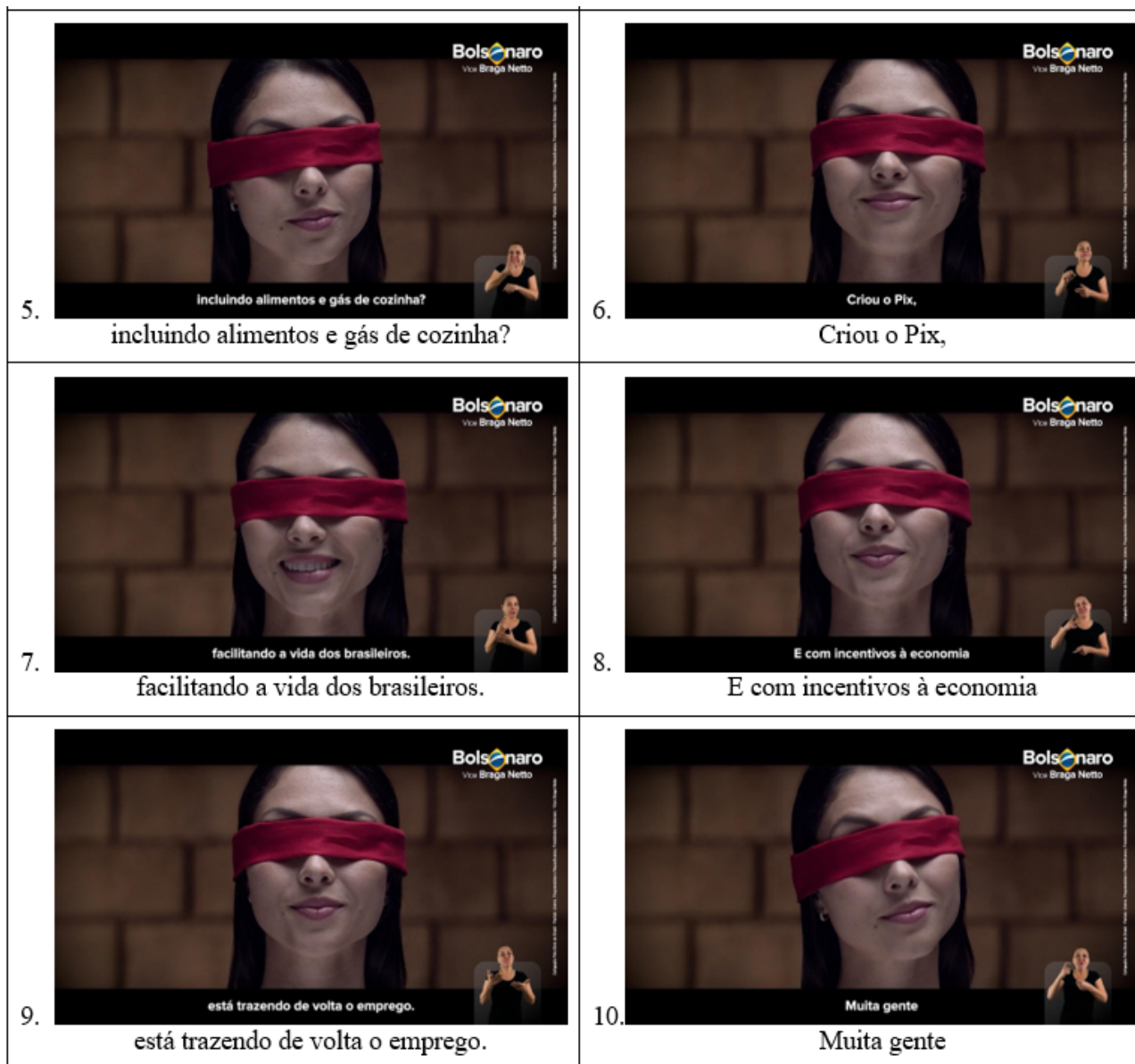


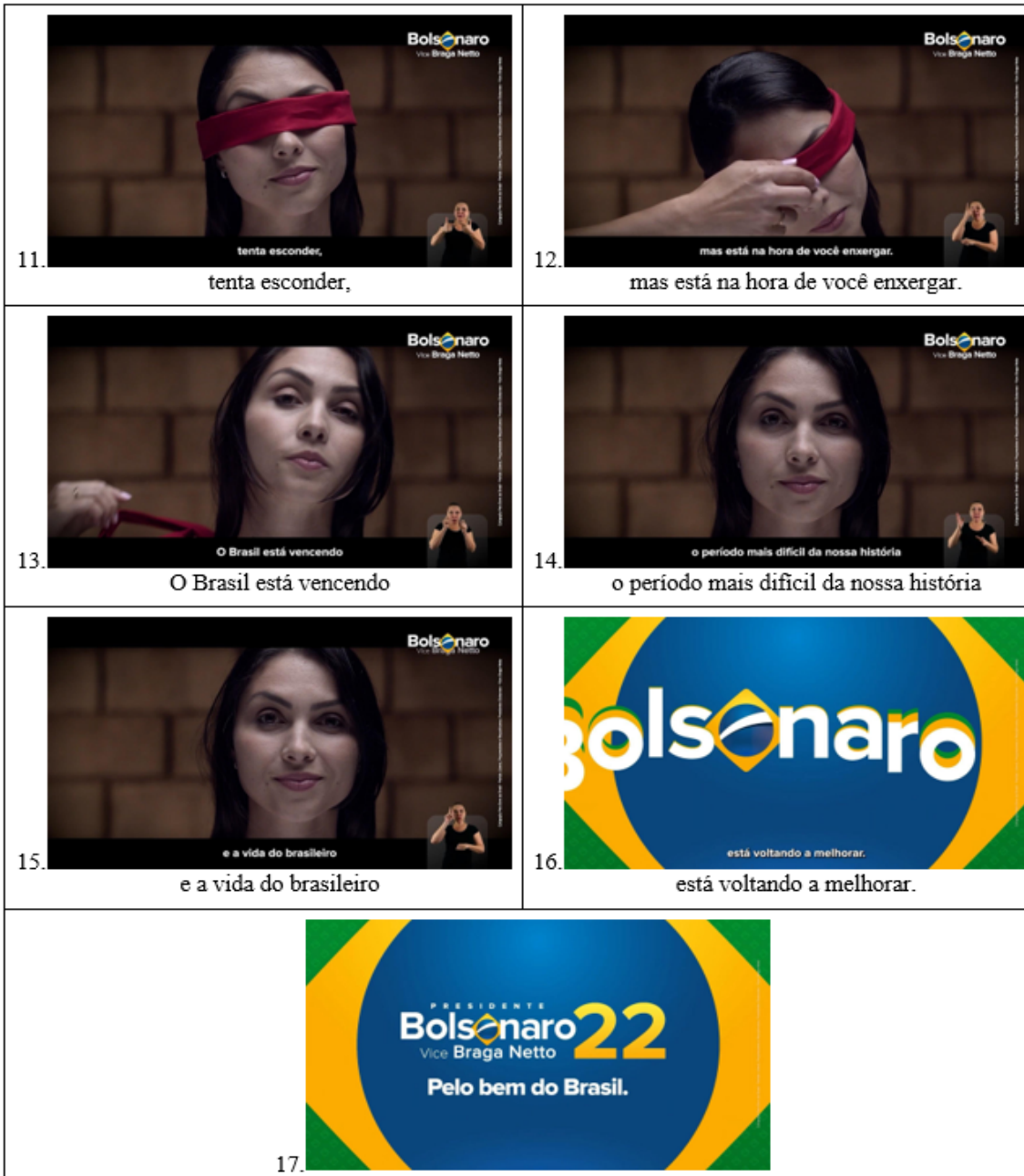
PEV 1 - “É hora de enxergar a verdade” (PL)

Fonte – Canal Partido Liberal. Recuperado em 21 out. 2024, de <https://www.youtube.com/watch?v=-Jt-tEwXA7Vc>.

PEV 1 - “É hora de enxergar a verdade” (PL) (cont.)

Fonte – Canal Partido Liberal. Recuperado em 21 out. 2024, de <https://www.youtube.com/watch?v=-Jt-tEwXA7Vc>.





PEV 1 - “É hora de enxergar a verdade” (PL) (cont.)

Fonte – Canal Partido Liberal. Recuperado em 21 out. 2024, de <https://www.youtube.com/watch?v=-Jt-tEwXA7Vc>.

A propaganda eleitoral em questão foi divulgada no canal oficial do PL no YouTube e tematiza a economia brasileira por meio de uma cena única, construída metaforicamente. A imagem central é a de uma mulher vendada por um tecido vermelho, que escuta atentamente a voz do narrador. Dando voz à instância gerenciadora dos PDV (L1/E1), ocupada pelo PL, o narrador expõe oralmente medidas econômicas realizadas pelo governo Bolsonaro. São salientados nessa fala os percalços enfrentados internacionalmente de 2018 a 2022 e, em contrapartida, os resultados positivos alcançados pelo Brasil nesse período, que coincide com o mandato de Bolsonaro. O narrador incorpora a essa exposição alusões estritas a textos institucionais que divulgaram tais medidas econômicas, retomando formulações semelhantes àquelas de comunicados oficiais e discursos do governo. Há também paráfrases de outros materiais de campanha e de declarações de representantes da gestão Bolsonaro. A narração estabelece, ainda, alusões amplas a textos favoráveis às decisões do governo (redução de impostos, criação do pix e combate ao desemprego), apontando para um consenso positivo sobre sua atuação. Esta alusão ampla suporta a representação do PDV de Bolsonaro, (enunciador) através de predicções que situam suas ações: “Bolsonaro reduziu impostos de mais de seis mil produtos”, “Criou o pix, facilitando a vida dos brasileiros.” e “[Bolsonaro] está trazendo de volta o emprego.”

A expressão facial da mulher, inicialmente “neutra”, transforma-se gradualmente, ao longo da fala do narrador. O enquadramento fechado da cena enfatiza essa mudança: movimentos sutis de concordância dão lugar ao levantamento das sobrancelhas em sinal de surpresa e, por fim, ao sorriso quando a criação do Pix é mencionada. Essa progressiva transformação da fisionomia indica a adesão ao PDV sustentado pela narração, isto é, o PDV da propaganda.

Com essa construção verbo-imagética, a PEV 1 estabelece um diálogo intertextual por alusão ampla com textos que classificam como “cegos pela esquerda” os eleitores que não reco-

nhecem méritos na gestão Bolsonaro. Essa alusão, sobre a qual L1/E1 fundamenta o PDV que imputa a e2 (o eleitorado, representado no texto pela mulher vendada) é possível pela ativação dos conhecimentos do público por meio de indícios textuais como a cor vermelha da faixa que cobre os olhos da mulher (e2), em um processo intertextual de alusão estrita ao PT e ao campo político de esquerda. A seleção dessa cor para um objeto que impossibilita o uso da visão conduz o leitor à interpretação de que a influência da esquerda na política “cega” a população. Isso a impediria de ver os impactos positivos das decisões de Bolsonaro – que aparece no texto como enunciador segundo (e3) a quem L1/E1 imputa o PDV da competência econômica.

O enunciado “muita gente tenta esconder, mas está na hora de você enxergar” reforça tal construção. O uso da forma impessoal instaura um enunciador coletivo (e4), associado à esquerda e aos apoiadores de Lula, a quem se atribui o PDV do engano. Essa imputação, contudo, não é explícita: depende dos conhecimentos do público para ser reconstruída. Além disso, o trecho alude amplamente às declarações recorrentes de Bolsonaro contra a imprensa brasileira⁶, acusada de ocultar conquistas de seu governo.

O clímax da propaganda ocorre quando a personagem retira a venda, gesto simultâneo à fala “[...] mas está na hora de você enxergar”. A retirada da venda simboliza a passagem de um estado de alienação para outro de consciência, remetendo a metáforas culturais e a alusões de fundo bíblico⁷. O novo PDV de e2 passa a coincidir com o de L1/E1, explicitado na afirmação: “O Brasil está vencendo o período mais difícil de nossa história e a vida do brasileiro está voltando a melhorar”. Aí, reconhecem-se implicitamente as dificuldades vividas, mas essas são enquadradas como obstáculos já superados, reforçando o PDV principal: a recuperação econômica está acontecendo e decorre das ações do governo Bolsonaro.

6. Como mostram as reportagens: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/07/jair-bolsonaro-imprensa.htm>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647>; <https://www.youtube.com/watch?v=Hj9C86s7SL0>.

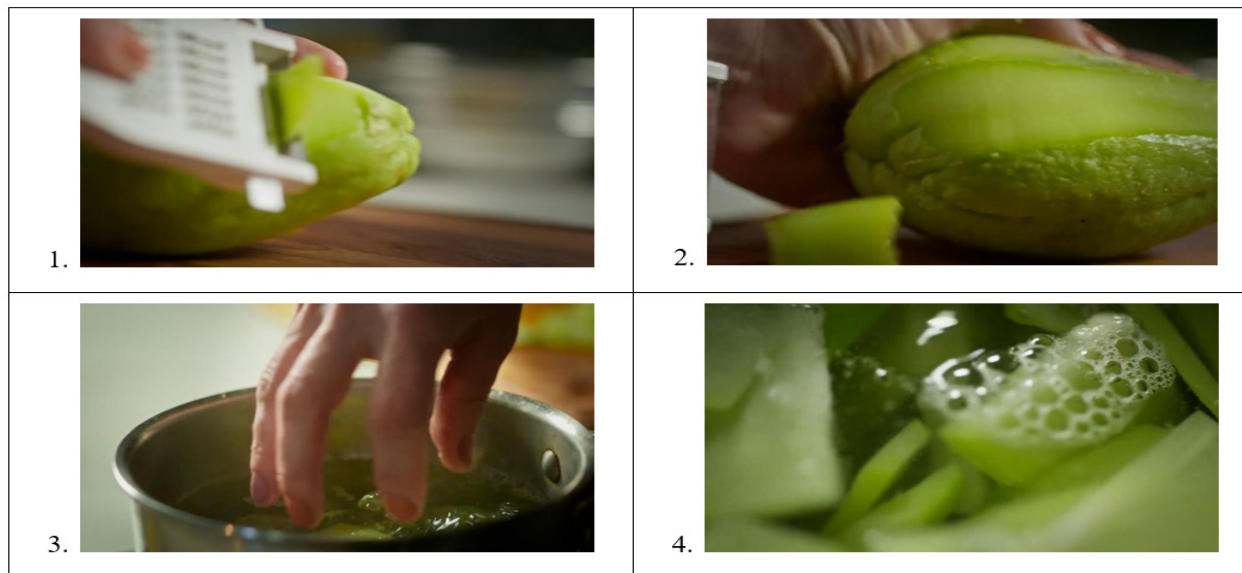
7. “Tira primeiro a trave do teu olho, e então poderás ver com clareza para tirar o cisco do olho de teu irmão” (Mateus, 7:5)

Nos segundos finais, a personagem, agora com expressão serena e sorriso discreto, ratifica sua adesão ao PDV de L1/E1. O fechamento da peça traz o logotipo da chapa Bolsonaro – Braga Netto, disposto sobre fundo que remete à bandeira nacional. Essa alusão estrita convoca o nacionalismo como valor central da campanha, vinculando o candidato – e o PDV de L1/E1 – a esse campo ideológico.

Pudemos observar, ao longo da análise, a materialização do PDV por meio das intertextualidades mobilizadas no texto. Ao fazerem emergir textualmente os PDV gerenciados por L1/E1, tais relações intertextuais, além de nortear a orientação argumentativa, desempenham papel decisivo na construção da coerência. Assim, o PDV ‘atravessa’ a tessitura dos sentidos. Na propaganda 2, a seguir, também pode ser observado de que forma PDV e intertextualidades estão conectados na construção de sentidos. A análise desse segundo texto permite-nos observar outras configurações do jogo de PDV, cuja atuação transversal é, portanto, decisiva para o estabelecimento da coerência.

PEV 2 - “Lula e Alckmin: essa mistura tem sabor de esperança” (PT)

Fonte – Canal PT – Partido dos Trabalhadores. Recuperado em 02 set. 2025, de <https://www.youtube.com/watch?v=ZivgRwW5ags>.





PEV 2 - “Lula e Alckmin: essa mistura tem sabor de esperança” (PT) (cont.)

Fonte - Canal PT - Partido dos Trabalhadores. Recuperado em 02 set. 2025, de <https://www.youtube.com/watch?v=ZivgRwW5ags>.

PEV 2 - “Lula e Alckmin: essa mistura tem sabor de esperança” (PT) (cont.)

Fonte – Canal PT – Partido dos Trabalhadores. Recuperado em 02 set. 2025, de <https://www.youtube.com/watch?v=ZivgRw5ags> .



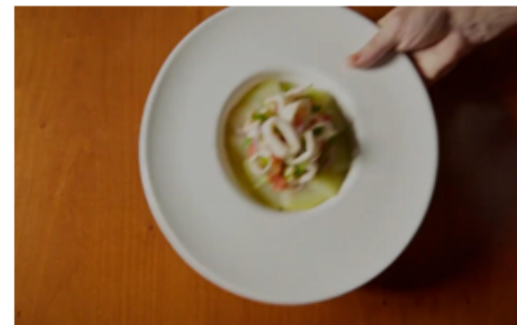
PEV 2 - “Lula e Alckmin: essa mistura tem sabor de esperança” (PT) (cont.)

Fonte – Canal PT – Partido dos Trabalhadores. Recuperado em 02 set. 2025, de <https://www.youtube.com/watch?v=ZivgRwW5ags>.

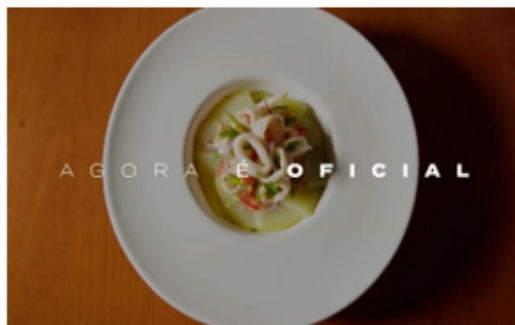
17.



18.



19.



20.



21.



A propaganda reproduzida acima trata da aliança política entre Lula e Alckmin, candidatos à presidência e à vice-presidência, respectivamente. Esse texto foi divulgado no canal oficial do PT no *YouTube* em julho de 2022, logo após a confirmação da chapa Lula–Alckmin. A propaganda é marcada pela ausência de narração: a linguagem verbal aparece apenas nos segundos finais, em formato escrito, de modo que a semiose imagética se sobressai.

A instância responsável pela gestão dos pontos de vista (L1/E1) é o próprio PT, que projeta Lula e Alckmin como objetos de discurso por meio de processos de introdução referencial ancorados em metáforas culinárias. Lula é representado pela imagem da lula, numa alusão estrita possibilitada pela homonímia entre nome próprio e substantivo comum. Já Alckmin é instaurado como “chuchu”, o que exige ativação de conhecimento intertextual amplo, visto que se trata de um apelido recorrente em textos midiáticos que remetem ao suposto “pouco carisma” do político.

Ao mobilizar esse apelido crítico, a propaganda o ressignifica no interior da metáfora da “receita de lula com chuchu”, que simboliza a aliança política. O vídeo enfatiza, primeiramente, a figura do chuchu: vemos o legume ser descascado, cortado em cubos e colocado para cozinhar (quadros 1 a 4). Esse destaque inicial sinaliza sua importância na composição. Como a propaganda foi publicada no canal do PT e veiculada no período de lançamento da chapa Lula-Alckmin, que já vinha sendo especulada midiaticamente antes do anúncio oficial, esse breve trecho inicial já possibilita a ativação dos conhecimentos prévios do leitor. Conhecimentos esses que viabilizam a reconstrução dos sentidos da alusão ampla realizada por L1/E1 ao associar o chuchu à figura de Alckmin.

Na sequência, aparecem os anéis de lula sendo refogados em uma frigideira quente (quadros 5 e 6), confirmando o sentido pretendido: a união dos dois políticos. Outros ingredientes são adicionados, em um cenário de cozinha organizada e sofisticada, sugerindo cuidado e técnica. Nos segundos antecedentes ao fim, todos os ingredientes são misturados e, em seguida, apresentados em um prato montado de forma elegante (quadros 17 a 20).

A multissemiose é intensificada pela trilha sonora de música clássica, cujo ritmo dinâmico acompanha os cortes e movimentos do preparo. A combinação de imagens refinadas, enquadramentos cinematográficos e som ambiente sincronizado constrói o PDV de L1/E1: o êxito da chapa Lula–Alckmin. Esse PDV apoia-se em duas relações intertextuais amplas: a primeira, ligada à subversão do apelido “chuchu”, que de sinal de fraqueza passa a ingrediente valorizado; a segunda, vinculada ao universo da alta gastronomia, em que a habilidade de transformar elementos distintos em prato equilibrado é comparada à capacidade política de articular alianças.

O texto ainda explora o humor e a ironia: o próprio PT apropria-se do apelido “chuchu” para Alckmin, mas o reinscreve positivamente, numa estratégia de autocrítica controlada que contribui para legitimar a parceria política retratada. A trilha sonora também tem função relevante na encenação do PDV de L1/E1: após acompanhar o ritmo acelerado do preparo, a música atinge seu clímax durante a mistura dos ingredientes e faz uma pausa dramática antes da apresentação final do prato, reforçando a expectativa em torno da união política. O retorno solene da melodia coincide com o enquadramento do prato pronto, atribuindo à aliança o sentido de realização bem-sucedida.

Nos instantes finais, surgem os trechos verbais: “Agora é oficial. Lula e Alckmin. Essa mistura tem sabor de esperança” (quadros 19 a 21). As escolhas tipográficas reforçam a centralidade

de Lula, cujo nome é destacado em negrito, ao mesmo tempo em que associa a chapa a valores positivos: “sabor” e “esperança”, termos que também estão em destaque. Esses elementos operam como alusão ampla aos discursos críticos que questionaram a parceria estabelecida na chapa, contrapondo-se a eles e projetando a união como promissora.

Desse modo, a propaganda eleitoral em vídeo apresentada constrói o PDV principal de L1/E1 – o da viabilidade e do equilíbrio da chapa – em contraposição implícita a um PDV oposto, vinculado a um enunciador externo⁸ que, embora não seja explicitamente representado pode ser reconstruído a partir das intertextualidades amplas que a propaganda mobiliza e, assim, associado ao ceticismo quanto à aliança política entre Lula e Alckmin. Ainda que Bolsonaro não seja nomeado no texto, sua figura emerge indiretamente como pano de fundo da propaganda: a esperança simbolizada pela chapa Lula-Alckmin opõe-se, de forma implícita, ao cenário político vivido sob sua gestão.

A análise da propaganda 2 evidencia como o PDV pode constituir-se por meio da ressignificação de discursos prévios e da ativação da bagagem sociocognitiva do leitor – possibilitadas pela intertextualidade – e, assim, configurar-se como fio condutor da coerência textual. Diferentemente do que se observa na propaganda 1, em que a imputação de PDV ao adversário, embora não seja contundente, é observada com maior clareza, aqui a construção privilegia a afirmação positiva da chapa Lula-Alckmin. Em ambos os casos, contudo, confirma-se a transversalidade do PDV, que se materializa nas intertextualidades e integra múltiplas semioses na produção de sentidos.

8. Dizemos externos não porque estejam fora do texto, mas porque evidenciam instâncias identificadas com textos produzidos anteriormente, em outro contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando este trabalho, voltamos ao núcleo da discussão rabateliana do PDV. Fundamental neste quadro teórico é a disjunção locutor e enunciador, bem como o pressuposto de que o PDV constrói-se na relação entre os enunciadores. Dessa maneira, sendo o PDV um fenômeno de heterogeneidade enunciativa, sua análise deve contemplar necessariamente a presença dos enunciadores no texto, a qual evidencia o dialogismo atuando na sua construção.

Desse modo, formas diversas de intertextualidade podem atuar na construção dialógica do PDV. Através de nossas análises, pudemos constatar a construção dialógica do PDV seja por recorrência a enunciadores explícitos em que PDV são imputados, seja por enunciadores discretos através da alusão ampla. Assim, na propaganda 2, o PDV de L1/E1 se constrói não por enunciadores segundos presentificados de forma explícita ou nominal no texto, como ocorre na propaganda 1, mas, por um grau de presença somente detectável pela intertextualidade ampla. Isto revela que o PDV de L1/E1 é construído dialogicamente, ainda que na ausência de um enunciador explícito. Confirmamos, portanto, que os processos intertextuais contribuem para a configuração dos PDV. Esta constatação revela que o PDV não é apenas uma categoria que coocorre com a intertextualidade, mas se constitui como categoria transversal do texto, inscrevendo-se nela e por ela sendo concretizado.

REFERÊNCIAS

Cortez, S. L. (2003). *Referenciação e Construção do Ponto de Vista*. [Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Estadual de Campinas].

_____. (2011). *A construção textual-discursiva do ponto de vista: Vozes, referenciação e formas nominais*. [Tese de Doutorado em Linguística, Universidade de Campinas].

Costa, C. F. O. (2025). *A Construção multissemiótica do ponto de vista através das intertextualidades: Uma análise textual-discursiva de propagandas eleitorais digitais*. [Tese de Doutorado em Letras, Universidade Federal de Pernambuco].

Carvalho, A. P. (2018). *Sobre intertextualidades estritas e amplas* [Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal do Ceará].

Cavalcante, M. M., & Brito, M. A. P. (2011). Intertextualidades, heterogeneidades e referenciação. *Linha d'Água*, 24(2), 259–276.

Cavalcante, M. M., Faria, M. S., & Carvalho, A. P. (2017). Sobre intertextualidades estritas e amplas. *Revista de Letras*, 36(2), 7–22.

Cavalcante, M. M.; Carvalho, A. P., Silva; Duarte, A. L.; Pinheiro, C. E. S.; Muniz-Lima, I.; Fernandes, J. O., Barros; J. M., Soares, M. S.; Faria, M. G. S.; Brito, M. A. P.; Martins, M. A.; Macedo, P. S. A.; Oliveira, R. L.; Pinto, R.; Cortez, S. L.; Custódio-Filho, V. (2020). *Linguística textual e argumentação*. Pontes Editores.

Cavalcante, M. M., M. G. S.; Brito; Ciulla, A.; A. A., Duarte; A. L., Pinheiro; Catelão, E. M.; Silva, F. O.; Muniz-Lima, I.; Matos, J. G.; Fernandes, J. O; Bezerra de Sá, K.; Soares, M. S.; Faria, M. G. S.; Brito, M. A. P.; Martins, M. A.; Macedo, P. S. A.; Oliveira, R. L.; Santos, S. A.; Cortez, S. L.; Custódio-Filho, V. (2022). *Linguística textual: Conceitos e aplicações*. Pontes Editores.

Ducrot, O. (1987 [1984]). Esboço de uma teoria polifônica da enunciação (Eduardo Guimarães, Trad.). In Oswald Ducrot, *O dizer e o dito* (pp. 161–218). Pontes Editores.

Faria, M. G. S. (2014). *Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais*. [Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal do Ceará].

Koch, I. (1991). Intertextualidade e polifonia: Um só fenômeno? *DELTA*, 7(2), 529–541.

_____. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. Cortez.

_____. (2004). *Introdução à linguística textual: Trajetória e grandes temas*. Martins Fontes.

Kristeva, J. (1974 [1969]). *Introdução à semiótica*. Perspectiva.

Liberali, F. C., & Liberali, A. R. (2011). Para pensar a metodologia de pesquisa nas ciências humanas. *Inter FAINC – Revista das Faculdades Integradas Coração de Jesus*, 1(1), 17-33.

Nobre, K. (2014). *Critérios classificatórios para processos intertextuais*. [Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal do Ceará].

Paveau, M. (2020). Discursos e links. Hipertextualidade, tecnodiscursividade, escritura. In Mônica Magalhães Cavalcante & Mariza Brito (Orgs.), *Texto, discurso e argumentação: traduções*. Pontes Editores.

Rabatel, A. (1997). *Une histoire du point de vue*. Université de Metz.

_____. (2013). O papel do enunciador na construção do interacional dos pontos de vista. In Wander Emediato (Org.), *A construção da opinião na mídia*. Fale/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso.

_____. (2015). Re-torno sobre um percurso em enunciação (Débora Massmann & Benedito F. Pereira, Trans.). *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, 11(2), 147–165.

_____. (2016). *Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa: pontos de vista e lógica da narração teoria e análise* (Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi & João Gomes da Silva Neto, Trans.). Cortez.

Rabatel, A. & Chauvin-Vileno, A. (2006). La “question” de la responsabilité dans l’écriture de presse. *Semen – Revue de sémio-linguistique des textes et discours*, 22, 5–24.

